

A Biblioteca digital de Juventude : implantação

Jaqueline Rodrigues Jesus (IBICT) - jaque1906@gmail.com

Ingrid Torres Schiessl (Ibict) - ingridtschiessl@gmail.com

Priscila Rodrigues dos Santos (DF) - cilaa.rodrigues@gmail.com

Lucas Angelo Silveira (UNB) - lucas.angel9@gmail.com

Milton Shintaku (IBICT) - milton.shintaku@gmail.com

Resumo:

Com a mudança do impresso ao digital e as leis que garantem o acesso à informação, cria-se um cenário propício para o desenvolvimento de Bibliotecas Digitais (BD) que apoiam a disseminação da informação. Dessa forma, este estudo descreve a implementação da Biblioteca Digital de Juventude da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, apresentando seus aspectos de seleção de software, customização, organização do acervo e adaptação de sua interface. Contribui-se com as discussões sobre as Bibliotecas Digitais e Repositórios em órgãos governamentais.

Palavras-chave: *Software livre. Dspace. Memória técnica. Políticas públicas de juventude.*

Eixo temático: *Eixo 3: Gestão de bibliotecas: aquisição e tratamento de materiais no ambiente físico e virtual, curadoria digital, coleções especiais, desenvolvimento de serviços e produtos inovadores, bibliotecas digitais e virtuais, portais e repositórios, acesso aberto.*

INTRODUÇÃO

Com a mudança do impresso ao digital e as leis que garantem o acesso à informação, cria-se um cenário propício ao desenvolvimento de Bibliotecas Digitais (BD), na medida em que são sistemas informatizados que apoiam a disseminação da informação, operando na web. Como descreve Cunha (1999), biblioteca digital possui característica de ser acessível pela web, possibilitado acesso ao documentos completos, por meio de coleções organizadas.

Conforme apresentado por Sayão (2009), as possibilidades reais e imaginárias das BDs criam expectativas que dificultam a sua implementação, tendo em vista que a abrangência das definições impactam no planejamento das funcionalidades a serem desenvolvidas, assim, cada instituição deve ajustar as definições e funcionalidades para atender às suas necessidades, de forma a obter melhores resultados.

Nas instituições acadêmicas, as BDs são utilizadas para dar visibilidade a sua produção, como relatado por Sayão (2009), sendo um instrumento para diminuição das desigualdades informacionais. Para órgãos de governo, por sua vez, podem ser instrumentos para satisfazer as necessidades de acesso à documentação governamental, como fonte primária, diferentemente das BDs acadêmicas.

Dessa forma, o objetivo do presente estudo é relatar a implementação da Biblioteca Digital de Juventude (BDJuv), nos seus aspectos de seleção do software, customização, organização do acervo e adaptação da interface. Contribuindo com as discussões sobre as BDs e Repositórios em órgãos de governo, pois como relata Macedo, Shintaku e Brito (2015), muitos órgãos governamentais possuem BDs, requerendo estudos que apoiem o desenvolvimento de melhores práticas e o compartilhamento de experiências.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Criada em 2004, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República (SGPR), tem a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais,

públicos e privados, voltados para as políticas juvenis. O programa Participatório, é um ambiente virtual interativo concebido para estimular os jovens a participarem ativa e diretamente da construção de políticas públicas de juventude, nele foi idealizada a BDJuv, que tem como objetivo reunir, disponibilizar e dar visibilidade mundial num único local à produção bibliográfica e institucional da SNJ e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), além das produções sobre juventude depositadas nos repositórios de universidades. Contribuindo para a ampliação da importância destas instituições, dos seus funcionários, consultores, pesquisadores e técnicos, bem como o impacto no desenvolvimento das ações, além da preservação da memória das políticas públicas de juventude.

A implantação da BDJuv é um dos produtos do projeto firmado entre a SNJ e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), com início em 2015 e data prevista para conclusão no ano de 2019, que para preservar e disseminar o acervo bibliográfico instalou um sistema informatizado com funcionalidades alinhadas às características apresentadas por Cunha (1999) e Sayão (2009).

Para desenvolver tal atividade, foi selecionado o *software* livre DSpace, desenvolvido inicialmente para o Massachusetts Institute of Technology (MIT) pela Hewlett-Packard (HP) e posteriormente mantido pela organização sem fins lucrativos DuraSpace¹. Tansley et al (2003) descrevem o DSpace como uma solução para ofertar às instituições e organizações funcionalidades voltadas para repositórios digitais, bibliotecas digitais principalmente para a preservação a longo prazo. Com isso, o Dspace dispõe de funcionalidades voltadas ao processamento técnico de tipologia documental diversas, além de armazenar e dar acesso ao conteúdo integral. No Brasil, Murakami e Fausto (2013), apresenta o Dspace como a ferramenta mais utilizada no desenvolvimento de repositórios institucionais acadêmicos. Macedo, Shintaku e Brito (2015) verificaram que o DSpace também é utilizado nos órgãos do governo revelando a flexibilidade da ferramenta em adaptar-se a diversas finalidades, tanto para repositórios de cunho científico, quanto para a disseminação de documentação governamental, como as memórias técnicas. Entende-se por memória técnica, como disposto por Camargo (2002), consistindo na reunião de saberes registrados, voltados ao apoio do grupo que o reuniu para

¹ <http://duraspace.org>

seu aperfeiçoamento. Dessa forma, o BDJuv², preserva e disponibiliza a documentação técnica e científica gerada no âmbito da Secretaria.

O acervo foi organizado de forma flexível, de forma a estar preparado para uma possível diversificação de assuntos, visto a transversalidade dos temas tratados pela SNJ (figura 1). Possui apenas três comunidades, denominadas Ações Institucionais, Nacionais e Internacionais, ficando para as subcomunidades e coleções completar a classificação dos documentos. Optou-se por simplificar a estrutura de comunidades e coleções, investindo na recuperação por facetamento.

Figura 1- Estrutura informacional da BDJuv



Fonte: Dos autores, 2017.

A Comunidade Ações Institucionais reúne a produção intelectual da Secretaria, além de resgatar o histórico da Instituição, com todos os resultados dos trabalhos desenvolvidos, ações, atividades, projetos e programas de todo o conteúdo produzido, contribuindo para o aumento de sua credibilidade e visibilidade.

A Comunidade Ações Internacionais reúne os documentos oficiais e publicações da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionadas à juventude. Como também das publicações editadas, por outros organismos internacionais que fazem parte do Sistema ONU e da Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ).

² <http://juventude.gov.br/biblioteca>

A Comunidade Ações Nacionais reúne documentos cujas características não justificam sua inclusão em coleções separadas, reunindo os trabalhos e documentos publicados sobre juventude no Brasil, exceto os publicados pela/em parceria com a SNJ.

Poucos metadados foram utilizados nos formulários de entrada, na medida em que o acervo se apresenta majoritariamente documental e utiliza-se a indexação do texto completo, de forma que todas as palavras do texto torna-se um ponto para recuperação do documento. Com isso, grande parte dos metadados são utilizados para gerar serviços, como os facetamentos e futuramente gerar indicadores.

A BDJuv não implementa auto depósito em suas políticas, devido à restrição na abrangência da biblioteca. Todos os documentos tem sua entrada efetuada pela equipe do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Públicas de Juventude (CedocPPJ), na medida em que, diferentemente dos documentos científicos, os documentos do acervo do repositório requer tratamento técnico diferenciado sem padrão vigente.

Para sua interface adotou-se um leiaute mas simplificado valendo-se de imagens, o uso de recursos como figuras tem intuito de tornar a biblioteca mais atraente aos jovens. A estrutura das comunidades e coleções foi escolhida para ser simples e intuitiva e, também, capaz de se fundir a outras bibliotecas digitais. Uma vez que, no início do projeto a SNJ estava migrando para o extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que atualmente se chama apenas Ministério dos Direitos Humanos, por isso a estrutura foi idealizada para ser flexível e compatível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas digitais revelam ser ferramentas importantes nas organizações governamentais, pois esse sistema de informação, muitas vezes, são responsáveis pela preservação e disponibilização da memória técnica da instituição. Uma vez que, os órgãos públicos precisam se adequar a legislação, que prevê a disponibilização e acesso da informação ao público.

Isto posto, a SNJ procura ofertar à sociedade uma biblioteca especializada em juventude e políticas públicas, de modo a se tornar uma referência sobre o tema. O uso do *software* livre Dspace auxilia na organização, preservação,

recuperação e disseminação dessas informações para os interessados por essa temática, os permitindo autonomia e ampliando as condições de busca, disponibilidade e recuperação, de maneira globalizada e qualitativa.

O estudo ainda destaca a importância de equipes multidisciplinares na implementação de sistemas informatizado, pois o êxito da Biblioteca Digital de Juventude se deve a participação de toda a equipe na instalação e customização.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 28, n. 3, dec. 1999. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/829/861>>. Acesso em: 05 jun. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.18225/ci.inf..v28i3.829>.

CAMARGO, Célia Reis.. **Experiências inovadoras de educação profissional**: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador (1996-1999). São Paulo: Unesp, 2002.

MACÊDO, Diego José; SHINTAKU, Milton; BRITO, Ronnie Fagundes. Dublin core usage for describing documents in Brazilian government digital libraries. In: **International Conference On Dublin Core And Metadata Applications**. 2015. p. 129-135. Disponível em: <<http://dcpapers.dublincore.org/pubs/article/view/3768/1958>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MURAKAMI, Tiago Rodrigo Marçal; FAUSTO, Sibeles. Panorama atual dos repositórios institucionais das instituições de ensino superior no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4, n. 2, p. 185-201, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/69327/71820>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SAYÃO, Luis Fernando. Afinal, o que é biblioteca digital?. **Revista USP**, n. 80, p. 6-17, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13709>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

TANSLEY, Robert et al. The DSpace institutional digital repository system: current functionality. In: **Proceedings of the 3rd ACM/IEEE-CS joint conference on Digital libraries**. IEEE Computer Society, 2003. p. 87-97. Disponível em: <<https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/26705>>. Acesso em: 15 maio 2017.